

PT

E-014209/2015

Resposta dada pela Alta Representante/Vice-Presidente Federica Mogherini
(14.1.2016)

A Alta Representante/Vice-Presidente tem conhecimento do caso evocado pela Senhora Deputada da prisão preventiva de Ibrahim Sharif, antigo Secretário-Geral do partido secular da oposição do Barém, Wa'ad. O SEAE, tanto em Bruxelas como a nível local, através da Delegação da UE em Riade, tem vindo a seguir de perto este caso.

O SEAE está firmemente convicto de que os partidos da oposição são pilares fundamentais de qualquer sociedade aberta. Esta evolução é preocupante, na medida em que é contrária aos esforços envidados para promover uma reconciliação nacional duradoura e inclusiva no Barém.

O SEAE tem defendido sistematicamente a libertação das pessoas detidas no contexto de atividades políticas pacíficas, incluindo em declarações públicas, e continuará a manter o contacto com as autoridades do Barém para defender o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo país, as recomendações da Comissão de Inquérito Independente do Barém e as recomendações formuladas durante o processo de exame periódico universal da ONU sobre o Barém.

Tal como sucedeu durante a segunda visita do Representante Especial da União Europeia para os Direitos Humanos, Stavros Lambrinidis, em maio de 2015, a UE continuará a apelar ao Governo do Barém para que atue de forma proporcionada em todos os casos deste tipo, a fim de proteger os direitos universais da liberdade de expressão e de reunião, bem como para que reconsidere as acusações contra cidadãos acusados ou condenados como consequência da expressão pacífica das suas opiniões. Neste caso específico, o SEAE reiterará também o pedido de um processo equitativo em conformidade com as normas exigidas, incluindo a aplicação objetiva das orientações relativas à libertação sob caução. Um processo político sustentável conducente a uma reforma gradual e inclusiva requer um ambiente em que as reclamações legítimas e pacíficas possam ser expressas livremente.